

LEI DO SORTEIO MILITAR

Em 1874 uma lei modificou o sistema de recrutamento militar no Brasil, até então constituído pelo voluntariado ou pelo recrutamento forçado, instituindo o sorteio para o serviço militar, a ser realizado entre todos os cidadãos considerados aptos. No entanto, essa lei não foi aplicada, por motivos variados: resistência de setores do poder econômico, preocupados com a perda, embora temporária, da força de trabalho; inexistência de instrumentos apropriados para a burocracia estatal implementar a lei, e aversão manifestada pela maioria da população civil em relação à vida no Exército.

Três décadas mais tarde, já no regime republicano, o deputado Alcindo Guanabara apresentou, em outubro de 1906, novo projeto de lei instituindo no Brasil o serviço militar por sorteio. Na visão do deputado, os 20 mil soldados do Exército brasileiro eram, em sua maioria, ex-trabalhadores braçais de baixa condição. Já com a adoção do sorteio militar, todas as classes sociais passariam a estar representadas no Exército. Nos 15 meses seguintes, viveu-se uma intensa propaganda a favor e contra a lei. Entre os defensores destacavam-se os militares, em particular o Exército. No Relatório do Ministro da Guerra de 1907, relativo ao ano anterior, Hermes da Fonseca dizia que o projeto apresentado “satisfaz em princípio aos reclamos do Exército, que são os da própria Nação”. Membros das elites civis também defenderam a lei, iniciando a constituição de “Tiros de Guerra”, organizações civis de treinamento de atiradores destinadas a criar reservas treinadas para o Exército.

Entre os que se opuseram à medida destacou-se o movimento operário organizado, em particular os anarquistas. Como lembra Carlos Augusto Addor, o I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1906 e dominado pelos anarquistas, já havia tirado a resolução de “incitar o proletariado à propaganda e ao protesto contra a guerra, assim como o militarismo, e contra a intervenção da força armada nas contendas entre salarizados e patrões”. Críticas surgiram também de alguns deputados, que arguíram a constitucionalidade da lei, do Apostolado Positivista do Brasil e da Associação dos

Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, que em 1907 encaminhou uma representação ao Congresso Nacional afirmando que o projeto “desorganiza de um modo radical as classes produtoras do país”.

Apesar da oposição, a Lei do Sorteio Militar foi aprovada na Câmara em 4 de janeiro de 1908. Ela não seria, no entanto, posta em prática. O movimento operário realizou várias manifestações contrárias. Foi criada a Liga Antimilitarista Brasileira, que em seu programa afirmava: “Sorteio é a volta da escravidão e é inconstitucional. É a destruição da família brasileira: atrasa o progresso, gera ausência do lar e triunfo dos estrangeiros no campo do trabalho. A guerra é um sentimento repulsivo. [...] A Pátria, em nome da qual se cria o Exército para defendê-la, não representa os interesses de todos os cidadãos, mas apenas dos capitalistas [...]” A Liga Antimilitarista Brasileira teve como órgão oficial o jornal *Não Matarás*, lançado em março de 1908, de existência efêmera. O jornal *A Voz do Trabalhador*, da COB, também promoveu campanha contra a lei, defendendo serem legítimos até atos revolucionários para evitar o serviço militar, como instrumento “para combater o capitalismo e o militarismo, esses dois inimigos rancorosos do operariado universal” (edição de 15/8/1908). Em 1º de dezembro de 1908 ocorreu a primeira manifestação pública da COB contra a guerra e contra a Lei do Sorteio, com passeata pelo Centro do Rio e comício no Largo de São Francisco.

Com o lançamento, em 1909, da candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República, o serviço militar, do qual fora grande defensor, passou a ser duramente atacado. Além da contínua mobilização operária, segmentos da elite política também se agruparam em torno da candidatura “civilista” de Rui Barbosa e passaram a atacar o “militarista” Hermes da Fonseca. Com isso, apesar da vitória de Hermes nas eleições, o entusiasmo de uma parcela significativa das elites civis pelo sorteio militar desapareceu. O fracasso da Lei do Sorteio de 1908 fica claro em alguns dados quantitativos referentes ao número de municípios mineiros (então o estado mais populoso do país) que fizeram alistamentos regulares ou, quando não os fizeram, apresentaram justificativa: de 55 municípios em 1908, o número caiu para 24 em 1909 e apenas 5 em 1910, de acordo com a publicação oficial

Serviço Militar Obrigatório, de 1912.

A campanha a favor do serviço militar obrigatório só retomou fôlego em 1912, com um discurso do chefe do Estado-Maior do Exército e presidente do Clube Militar, general José Caetano de Faria, proferido no Clube em 12 de março daquele ano, em presença do presidente da República. Para Caetano de Faria, a caserna seria a “escola da nação armada”, e os oficiais, educadores dos soldados, os apóstolos do civismo brasileiro. Em 1913 foi criada a revista *A Defesa Nacional*, que, nos anos seguintes, publicaria muitos editoriais e artigos em defesa do serviço militar obrigatório. O poeta Olavo Bilac, hoje oficialmente cultuado pelo Exército como “patrono” do Serviço Militar, também se engajou na campanha. Em 1916 participaria da fundação da Liga da Defesa Nacional, que incluiu representantes das elites política, econômica e intelectual como Miguel Calmon, Pedro Lessa, Coelho Neto e outros.

Ao mesmo tempo, renovava-se a oposição dos grupos operários, especialmente de tendência anarquista, à guerra e ao sorteio. Em setembro de 1913 realizou-se no Rio de Janeiro o II Congresso Operário Brasileiro, que aprovou várias resoluções confirmando as bandeiras levantadas no Congresso de 1906, incluindo a propaganda antimilitarista (como mostra Alexandre Addor), e aconselhando o proletariado do Brasil a, em caso de guerra externa, declarar-se em greve geral revolucionária (como mostra *A Voz do Trabalhador* nº 39 e 40, de 1/10/1913). Deflagrada a Primeira Guerra Mundial em 1914, no ano seguinte a COB criou uma Comissão Popular de Agitação contra a Guerra; concomitantemente, em São Paulo, uma Comissão Internacionalista contra a Guerra promoveu comícios e lançou um manifesto contra a guerra (*Voz do Trabalhador* nº 71, de 8/6/1915). Em outubro de 1915, a COB promoveu no Rio de Janeiro um Congresso Internacional da Paz, em cuja sessão de abertura foi apresentado um manifesto que afirmava: “Basta de chacinas de trabalhadores! Queremos viver, e para isso necessário é varrer da face da terra todos os sustentáculos e defensores deste regime de injustiça. Queremos a Revolução! Proletários do mundo: abaixo a guerra! Avante pela Revolução!” (*Na Barricada* nº 19, de 14/10/1915 e nº 20, de 21/10/1915).

Entretanto, ao longo desses anos, a forte repressão movida pelo governo fez com que o movimento operário vivesse um período de declínio e que sua mobilização não fosse suficiente para evitar a implantação da Lei do Sorteio Militar nem a entrada do Brasil na guerra. Em 10 de dezembro de 1916, quase nove anos após a aprovação da Lei do Sorteio Militar de 1908, foi afinal realizado o primeiro sorteio, no Quartel-General do Exército, em solenidade aberta ao público a que compareceram o presidente da República, o ministro da Guerra, o poeta Olavo Bilac e outras autoridades. Foram sorteados 152 nomes para o primeiro grupo. Alguns pedidos de *habeas corpus* foram rejeitados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que assim decidiu pela constitucionalidade da lei.

Após a realização do primeiro sorteio, seus defensores intensificaram a campanha, esperando ver a lei finalmente cumprida. Renasceram os Tiros de Guerra com a instalação, em setembro de 1917, do Tiro Brasileiro da Imprensa, presidido por Félix Pacheco, que também era, na época, primeiro-secretário da Liga da Defesa Nacional e redator-chefe do *Jornal do Comércio*. A Igreja católica também se manifestou favoravelmente ao serviço militar, através de uma circular de 1917 assinada pelos arcebispos do Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana, Cuiabá e Porto Alegre.

O período de euforia dos defensores da lei logo deu lugar a frustrações. Entre as causas do fracasso do sorteio, destaca-se a incapacidade do Estado brasileiro de promover a implantação do sorteio e a dificuldade de punir os “insubmissos” – isto é, aqueles que, sorteados, simplesmente não se apresentavam, valendo-se de falhas e brechas na lei. A questão do serviço militar só seria de fato resolvida ao longo das décadas de 1930 e 1940, com a universalização da exigência do documento de serviço militar e a adoção de dispositivos legais mais eficazes. Um decreto de 1933 exigiu o certificado de serviço militar para o alistamento em cargo público, exigência incorporada à Constituição de 1934 por insistência do ministro da Guerra, Góis Monteiro. Em 1935 foi criada a Diretoria do Serviço Militar e da Reserva e, em 1939, adotada nova Lei do Serviço Militar.

Em 26 de fevereiro de 1945 o Decreto-Lei nº 7.343 finalmente determinou, em seu artigo 1º: “Fica extinto o sorteio militar.” A partir de então, todos os brasileiros, no ano em que

completassem 21 anos (idade posteriormente reduzida para 18 anos), deveriam apresentar-se para a prestação do serviço militar. A falta de documento que comprovasse estar em dia com as obrigações militares impediria o jovem de tirar carteira de identidade ou passaporte, exercer cargo público ou pleitear o reconhecimento de qualquer direito, favor ou prerrogativa com fundamento nas leis trabalhistas, entre outros itens. Sete décadas de exortações patrióticas a favor do sorteio não surtiram o efeito que só a sequência de medidas punitivas que levaram à Lei do Serviço Militar Obrigatório produziu.

Celso Castro

FONTES: ADDOR, C. *Insurreição* (p. 80); *AECRJ*; *Circular coletiva*; CAPELLA, L. *Malhas*; CASTRO, C. *Insubmissos*; FARIA, J. *Oficial* (p. 23-31); LEURENROTH, E. *Anarquismo*; *Na Barricada* (n. 19, de 14/10/1915 e n. 20, de 21/10/1915); *Serviço Militar Obrigatório*; *Voz do Trabalhador* (n. 4, 15/8/1908. n. 39 e 40, de 1/10/1913. n. 71, de 8/6/1915).